



Serviço Público Federal
Ministério da Cidadania
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Departamento do Patrimônio Imaterial
Coordenação de Registro

PARECER TÉCNICO nº 7/2019/COREG/CGIR/DPI

ASSUNTO: Parecer referente ao pedido de Registro do Bembé do Mercado a ser inscrito no Livro das Celebrações como Patrimônio Cultural do Brasil.

REFERÊNCIA: Proc. nº 01450.004789/2014-46

Brasília, 28 de maio de 2019.

I. Contextualização do processo de Registro

O presente Parecer trata do processo administrativo nº 01450.004789/2014-46, referente ao pedido de Registro do Bembé do Mercado como bem cultural de natureza imaterial no Livro de Registro das Celebrações, o qual foi aberto neste Departamento em 25 de março de 2014, por solicitação da Associação Beneficente e Cultural Ilê Axé Ojú Onirê. Em 14 de março de 2013 foi encaminhado à Superintendência do IPHAN na Bahia o Ofício n.18/23 da Associação Beneficente e Cultural Ilê Axé Ojú Onirê, com pedido do reconhecimento. Tendo em vista o que determina a Resolução Iphan nº 001/06 que regulamenta o Decreto nº 3.551/00, verificou-se a necessidade de ajustes para atendimento integral da normativa. Assim solicitou-se por meio do Ofício nº 093/2014 de 11 de março de 2014 informações adicionais, as quais foram devidamente encaminhadas conforme consta no Ofício nº 320/2014, de 24 de março de 2014.

Foram encaminhados os seguintes documentos:

- | Documentação caracterizando a personalidade jurídica do proponente do Registro;

- | Relatório de reunião realizada entre os terreiros de Santo Amaro para coleta de anuência para o pedido de reconhecimento do Bembé como patrimônio imaterial do Brasil, realizada no dia com fotografias da atividade e assinaturas de 4 lideranças;
- | Texto MACHADO, Ana Rita. Dossiê para Registro Estadual do Bembé do mercado (IPAC, 2011);
- | Texto MORAIS, Luzia. Bembé do Mercado: 13 de Maio em Santo Amaro. Salvador, 2009;
- | Texto MACHADO, Ana Rita. Bembé do Largo do Mercado: Memória sobre o 13 de maio. UFBA, Salvador, 2009;
- | CD de fotos do Bembé do Mercado; Vídeo documentário Bembé do Mercado 120 Anos;
- | Vídeo documentário para Registro Estadual
- | Cadernos IPAC vol. 7. Dossiê de Registro Estadual do Bembé do Mercado e Vídeo documentário (reeditado). IPAC 2015.

Em 6 de abril de 2016 foi elaborada a Nota Técnica 14/2016 pela técnica Diana Dianovsky acerca da pertinência do pedido de Registro, tendo como base todo o material encaminhado até aquele momento, manifestando-se favoravelmente ao prosseguimento do processo. Conforme a Memória da 29ª Reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, os Conselheiros endossaram a Nota Técnica e apontaram algumas questões as quais deveriam ser aprofundadas na etapa de instrução técnica, a saber: caracterização da comunidade presente na celebração; relação dessa manifestação com outras festas realizadas na rua pelas casas de matriz africana; discussão acerca da continuidade histórica dessa manifestação, apresentando permanência e interrupções (devido à repressão, por exemplo) a partir de bibliografia, pesquisa em arquivos ou história oral. Na ocasião, a Câmara ressaltou a importância dessa manifestação para a história nacional como um "documento histórico vivo" com grande potencial para as ações de educação patrimonial.

Ainda consta no processo a Informação Técnica n.0103/16, de 11/04/2016, na qual a servidora Marinalva Santos argumenta e reforça a importância do Registro da celebração do Bembé do Mercado como Patrimônio Cultural do Brasil.

II. Objeto de Registro

O pedido de Registro refere-se a uma celebração de caráter religioso e festivo realizada em 13 de maio, na qual se embrincam as dimensões religiosas, políticas, culturais e sociais, extremamente importantes para o povo de santo e os Santo-amarenses em geral. Conforme o Dossiê de Registro (pg. 76):

Apresentando-a, brevemente, o Bembé é, antes de mais nada, uma festa pública de Candomblé, que alterna um caráter civil – as comemorações do Treze de Maio – e uma gama de aspectos devocionais ligados às religiões de matriz africanas que envolvem uma série rituais e entrega de presente. O que marca a sucessão de festa é o Xirê – a ordem ritual, circular, específica de louvação aos orixás –, onde os filhos e as filhas de santo dançam no Barracão, no entanto, por ser público, não há possessão. Antes e depois do Xirê, há uma série de atividades de cunho lúdico e cultural que preenchem o espaço do Mercado, lugar central da vida santamarense. No período da festa, o Largo do Mercado é um importante espaço de sociabilidade, onde os participantes da festa, sejam eles os adeptos do Candomblé ou apenas espectadores da festa, se encontram para viver o espetáculo, para conversar, comer e beber. Essa é uma celebração que começa semanas, talvez, meses antes com a organização dos rituais e com a preparação dos participantes.

A festa teria sido iniciada por João de Obá em comemoração ao primeiro ano da Abolição da Escravatura. Ainda que as condições as quais os negros recém libertos encontravam-se após o processo de abolição fossem marcadas pela exclusão social, econômica, política e cultural, os relatos contam que pescadores e o povo de santo reuniram-se naquele 13 de maio de 1889, sob a liderança de João de Obá, e celebraram a data realizando o Candomblé de rua, o qual durou três dias. No último dia, a celebração culminou com uma entrega de oferenda para a Mãe D'água.

Conforme o material do Dossiê de Registro, o termo Bembé seria uma corruptela da palavra Candomblé. Essa festa teria assim começado como uma celebração à liberdade e como agradecimento aos Orixás. Naquela extemporânea manifestação da religiosidade afro-brasileira - para além das datas tacitamente permitidas ou negociadas pelas relações sociais e políticas estabelecidas, como Natal ou Páscoa, ou do próprio calendário litúrgico tradicional do Candomblé – ousou-se afirmar a liberdade do povo negro e estabelecer no espaço público o território do sagrado. Inicialmente na Ponte do Xaréu e mais tarde no Largo do Mercado, espaços centrais na história da cidade de Santo Amaro, o povo de santo, liderado por diferentes personagens ao longo do tempo, expressou e segue expressando sua identidade, sua cosmologia, valores e símbolos, narrativas e percepções sobre sua própria existência tanto nas dimensões do “espiritual” quanto do “material”, com tudo aquilo que este último implica – sua existência política, econômica e social.

Justamente por esta imbrincada relação das dimensões e motivações “espirituais” e “materiais”, justamente por fazer presente no ambiente do cotidiano e da vida cívica os ritos e o sagrado que constitui as manifestações do Candomblé, o Bembé do Mercado se singulariza no universo das chamadas “festas do largo”. Sua estrutura, a riqueza dos seus elementos, a relação com a história da cidade – a qual permite agenciar narrativas que legitimam sua execução, visto que a sua realização garante a proteção da cidade como um todo - as relações de sociabilidade e solidariedade entre os atores envolvidos, de diversos terreiros de Candomblé da região, a constante reanimação do axé, o agradecimento aos Orixás, a expressão pública de uma fé que sistematicamente sofreu e sofre com estigmas, a relação com diversas outras manifestações culturais afro-brasileiras que contam e representam a história e identidade da comunidade negra no Brasil contribuem para a que o Bembé do Mercado seja tido com uma forte referência cultural.

Acerca das ações relativas ao fomento e promoção do bem cultural objeto de Registro destacamos que consideramos extremamente pertinente as sugestões acerca da negociação dos conflitos que surgem relativos a ocupação do espaço público durante a festa. Assim, é necessário que se criem espaços de discussão e estratégias para construção de soluções acerca da infraestrutura necessária para realização da festa - como a remoção dos feirantes, a iluminação e segurança do local, a disposição adequada de banheiros para o público participante, bem como a presença de shows diversos e atrações nas imediações do Largo do Mercado.

Ainda consideramos positiva a indicação de criação da *Casa da Memória do Bembé do Mercado*, espaço para formação de acervo e referência da celebração; a criação de uma plataforma virtual, para apresentar uma cartografia e biografia dos terreiros que compõem a associação do Bembé do Mercado; produção de materiais audiovisuais e materiais didáticos de valorização da festa; podendo assim inclusive contribuir com o aprofundamento de aspectos que podem subsidiar a atuação institucional na gestão do bem cultural em etapas posteriores ao Registro. Ressaltamos igualmente que as ações que promovam a sustentabilidade financeira do Bembé, através de oficinas, cursos de formação e de capacitação itinerantes, relativas aos saberes-fazeres que se relacionam ao bem cultural podem ser apoiadas e estimuladas pelo Iphan a fim de, a partir desta qualificação, propiciar condições de geração de renda para a comunidade detentora.

Pontuamos também a necessidade de que tais recomendações sejam ainda mais detalhadas, discutidas e negociadas com a comunidade detentora em etapa posterior, em mobilização mais ampla. Entendemos, assim, que os itens acima apontados se colocam como sugestões iniciais para essas discussões posteriores. Também pontuamos aqui a necessidade de vincular tais propostas para a salvaguarda com as normativas e diretrizes já existentes que orientam a etapa após o Registro. Por fim, enfatizamos o importante papel da Superintendência do Iphan/BA na articulação para construção das estratégias para a salvaguarda.

III. Conclusão

Diante do exposto, corroboramos inteiramente com o teor dos documentos anteriores emitidos pelo IPHAN, e em especial do parecer *ad hoc* da pesquisadora Desirée Ramos Tozi e queremos enfatizar que foram reunidos pela pesquisa e estão densamente apresentados no processo em tela os aspectos relevantes para a compreensão do Bembé do Mercado como Patrimônio Cultural do Brasil.

Sendo assim, por tudo que está demonstrado neste processo, somos favoráveis à inscrição do Bembé do Mercado no Livro de Registro das Celebrações, como Patrimônio Cultural do Brasil.

Este é o parecer que submeto à consideração superior.

Amanda Camylla Pereira Silva

Técnica

COREG/CGIR/DPI

Matr. SIAPE 1068710



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Camylla Pereira Silva, Técnico**, em 28/05/2019, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Duque Coutinho de Abreu Lacerda, Coordenadora de Registro**, em 28/05/2019, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1216441** e o código CRC **FF7463B1**.

Referência: Processo nº SEI nº 1216441
01450.004789/2014-46

Criado por

[amanda.silva](#)

, versão 3 por

[amanda.silva](#)

em 28/05/2019 15:07:06.

Parecer técnico Ad-hoc

Para: Marina Lacerda
Coordenadora de Registro
Departamento do Patrimônio Imaterial

Assunto: **Registro do Bembé do Mercado como Patrimônio Cultural do Brasil**

*Neça ora u Pai de Santo Bate nu qé-ré-qué-xé,
Cun poca nós tudo vê
S'ajuntaa todas mulé.
Lá na caza di farinha
Pa vadiá seu benbé,
Da dispaxo a mêa noite
Na vazante a maré.
(Zé Bocão, poeta, Jornal A Paz, 12 de maio de 1928.
DOSSIE, 2019, p.46)*

Senhora Coordenadora,

Este parecer *ad-hoc* diz respeito à análise do resultado da instrução técnica do processo IPHAN/DPI/CGIR n. 01450.004789/2014-46, relativo à solicitação de Registro do Bembé do Mercado como Patrimônio Cultural do Brasil, aberto no Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN, em 25 de março de 2014.

A solicitação do reconhecimento foi apresentada através do Ofício n.08/2013, da Associação Beneficente e Cultural Ilê Axé Ojú Onirè, assinado por seu Presidente, o Sr. Jose Raimundo Lima Chaves, conhecido, nacional e internacionalmente, como Pai Pote. O pedido apresentava algumas pendências na instrução documental do pedido, que foram posteriormente sanadas pelo proponente. Constam no processo os seguintes materiais e documentos:

- Ofício n.18/23 da Associação Beneficente e Cultural Ilê Axé Ojú Onirè, com pedido do Registro;
- Documentos de comunicação do Iphan solicitando ao proponente ajustes na documentação para formalização do pedido de Registro;
- Documentação caracterizando a personalidade jurídica do proponente do Registro;
- Documento de anuência p.39-52, composta por assinaturas de detentores e participantes do Bembé e moradores de Santo Amaro, encaminhado através do Ofício ABION/PRES 328/2014;
- Relatório de reunião realizada entre os terreiros de Santo Amaro para coleta de anuência para o pedido de reconhecimento do Bembé como patrimônio imaterial do Brasil, realizada no dia 07/08/2019, com fotografias da atividade e assinaturas de 41 lideranças;
- Ofício ABION/PRES n.34/2015, de 13 de abril de 2015, solicitando o apoio do MinC na instrução do processo e convidando o Ministro para participação da festa daquele ano;
- Nota Técnica n.14/2016, de apreciação da pertinência do pedido de registro;
- Memória Resumida da 29ª. Reunião da Câmara do Patrimônio Imaterial, 13-14 de abril de 2016, onde se deliberou a pertinência do pedido de Registro, reforçando as recomendações da Nota Técnica 14/2016, e solicitando a melhor caracterização da comunidade e sua relação com outras festas de matrizes africanas,

destacando a continuidade histórica da manifestação, “apresentando permanência e interrupções (devido à repressão, por exemplo) a partir de bibliografia, pesquisa em arquivos ou história oral”;

- Informação Técnica n.0103/16, de 11/04/2016, onde a servidora Marinalva Santos argumenta e reforça a importância do Registro da celebração do Bembé do Mercado como Patrimônio Cultural do Brasil;
- Estatuto e Ata da Associação Beneficente Ilê Axé Oju Onirê e os documentos de seu representante legal;
- Dossiê de Registro estadual do Bembé do Mercado - Cadernos do IPAC n.7;
- Informação, do DPI, sobre o Termo de Execução Descentralizada com a UFRB, para instrução do registro do Bembé;
- Dossiê de Instrução Registro Bembé do Mercado como Patrimônio Cultural do Brasil.

Diante da documentação reunida, e considerando que a pessoa jurídica proponente do Registro é parte detentora e constituinte do bem cultural, e que o pedido conta com a anuência massiva da comunidade de Santo Amaro, consideramos que o processo de instrução traz informações suficientes para a análise do pedido de Registro do bem cultural, e atende os requisitos formais do Decreto n.3551, de 04 de agosto de 2000, e da Resolução n.01, de 03 de agosto de 2006.

ANÁLISE TÉCNICA

- *O processo de identificação para o Registro como Patrimônio Cultural do Brasil*

A análise técnica da instrução do processo foi baseada na leitura dos materiais apensados, quais sejam, o dossiê de Registro estadual do Bembé, coordenado pelo IPAC/BA; a dissertação de mestrado de Ana Rita Araújo (2009), também coautora do dossiê do IPAC; o Dossiê para Instrução Registro Bembé do Mercado como Patrimônio Cultural do Brasil, resultado de uma parceria estabelecida com a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB e o IPHAN.

A opção por essa parceria - formalizada através de Termo de Execução Descentralizada- partiu de decisão coletiva da Superintendência do IPHAN, do DPI, da UFRB e de lideranças do Comitê Gestor do Bembé, em decorrência da presença e da importância social, econômica e política dessa universidade no território do recôncavo baiano, vislumbrando a possibilidade de composição de uma equipe multidisciplinar de pesquisa formada por alunos, professores e detentores do bem cultural (que poderiam ser alunos da universidade). O processo de identificação se desenvolveu em três partes:

- A pesquisa em arquivos públicos e bibliotecas da cidade de Santo Amaro, em jornais e revistas, buscando registros de acontecimento do Bembé e dos terreiros locais, atividade que demonstrou a historicidade da festa, mas reforçou o diagnóstico do silêncio que a documentação escrita tem sobre as personagens do Bembé;
- O acompanhamento às etapas de preparação e realização de alguns dos rituais do Bembé (uma vez que parte dos rituais não podem ser acompanhados por pessoas não iniciadas no santo) para a coleta de informações etnográficas (durante a festa de 2018 e depois a partir de outubro de 2018, com realização de entrevistas) e de materiais fotográficos e audiovisuais (durante os preparativos e na celebração do Bembé em maio de 2018);

- A realização de reuniões de trabalho, debates, palestras e importantes encontros com representantes de todos os terreiros que participam do Bembé, onde se debatiam temas relacionados à celebração, com o objetivo de apresentar à comunidade alguns casos similares de patrimonialização, dialogando, com os detentores, os impactos que o Registro poderia gerar, momento em que foram apontadas as recomendações de salvaguarda que integram o Dossiê.

O acompanhamento técnico foi da Superintendência do IPHAN na Bahia, através da servidora Marinalva Santos e da Coordenação de Registro do DPI/IPHAN. Como pesquisadora do campo, participei de algumas reuniões envolvendo lideranças do Bembé, a equipe de pesquisa e gestores do IPHAN.

- *O Bembé do Mercado de Santo Amaro*

Conta-se que, naquele dia, foram os pescadores e o povo de santo, sob a liderança de João de Obá, que transportaram para a rua o culto que era dos terreiros. Naquele ano, este Candomblé de rua durou três dias. No último dia – e como parte culminante desta festa – foi entregue uma oferenda para a Mãe D'água. E, desde então, assim é que se vive a celebração (DOSSIE, 2019, p.07).

O material produzido para a instrução do pedido de Registro, chamado aqui como “Dossiê (2019)”, propõe um olhar sistêmico sobre a celebração “Bembé do Mercado de Santo Amaro”, compreendendo-a como um “sistema cultural que possui a potencialidade de criar vínculos territoriais e de solidariedade, ancorados nas relações religiosas”.

Por ser um candomblé de rua, o território é peça-chave para entender o Bembé, não apenas pela sacralização dos espaços onde acontece, mas pela escolha dos espaços como territórios simbólicos não apenas para os devotos, mas também para a cidade de Santo Amaro, capazes de apresentar narrativas específicas das comunidades de terreiros de Candomblé e da história ampliada da cidade, da Bahia, do Brasil. As redes de solidariedade e parentesco que organizam a festa se constituem não apenas como eixo de continuidade histórica do bem cultural, constituindo também parte da identidade e dos vínculos sociais de grande parte da população negra brasileira. Nessas duas bases, o Dossiê (2019) apresenta os argumentos para sustentar a pertinência do Registro do Bembé como Patrimônio Cultural do Brasil.

A celebração, que esse ano completou 130 anos de existência, passou por altos e baixos, se deslocando conforme a história política da cidade de Santo Amaro. As pesquisas apontaram que provavelmente somente no final dos anos 1930 (a partir da construção do atual mercado) o Bembé (cuja primeira celebração foi na Ponte de Xaréu) passou a ser realizado no Largo do Mercado Municipal, local que após ser sacralizado, passa a acolher os rituais para a saudação da liberdade e para a preparação do presente à Mãe D'Água (ou as divindades africanas das águas). Esse Candomblé de Rua, como classificam os pesquisadores e a comunidade detentora, celebra a partir de códigos religiosos vinculados à diáspora africana, a liberdade, a (re)existência política e cultural e o agradecimento pela proteção individual e coletiva recebidas das divindades africanas.

É provável que o nome “Bembé” seja uma corruptela derivada de “Candomblé”, algo que se depreende das informações dadas pelos interlocutores da pesquisa para o Registro. Como pode ser verificado nos materiais que compõe a instrução do processo, existem teorias sobre o uso do termo, quase todas

assentadas nos processos da diáspora africana, mas o fato é que, ainda hoje, há os mais velhos que aludem a Bembé quando se referem a uma festa de Candomblé.

O Bembé se caracteriza como uma obrigação religiosa, onde os ancestrais e as divindades africanas orientam, através do oráculo, de sonhos e intuições, a organização e a execução dessa celebração, destinada às divindades das Águas, para agradecer e propiciar o bem-estar da coletividade. São três momentos cerimoniais do Bembé: os ritos ligados ao fundamento da festa (as cerimônias para os ancestrais, o *Padê* de Exu, o *Oró* de Iemanjá e Oxum), o *Xirê* do Mercado e a entrega dos Presentes destinados a Iemanjá e a Oxum.

A celebração inclui não apenas os rituais e cerimônias religiosas, envolvendo outros bens culturais reconhecidos (ou não) como patrimônio cultural brasileiro e momentos políticos, cujos atores pertencem a universos culturais e sociais altamente imbricados – o maculelê, a capoeira, o samba de roda, os artífices, pescadores, comerciantes.

Ambos os dossiês, do IPAC e do IPHAN, apontam para a associação existente, entre os detentores e população da cidade de Santo Amaro, da realização do Bembé como a proteção da cidade, como uma oferenda para evitar a ocorrência de “coisas ruins” à cidade, e reforçam a complexidade e conhecimento profundo dos preceitos para a efetividade da obrigação.

- *Território, territorialidade e o Mercado como espaço político-sagrado*

A história da cidade de Santo Amaro/Bahia está relacionada intrinsecamente à ocupação do seu território: inicialmente marcada pela violência com os povos indígenas e, logo após com os negros escravizados; sua localização geográfica, que facilitou o caráter comercial e produtivo da região com a facilidade de acesso à capital da Colônia, Salvador, a navegação pelo Rio Subaé e pela Baía de Todos os Santos, tornaram-na um dos centros mais importantes do Recôncavo para o escoamento da produção agrícola, marcando sua vocação comercial. Santo Amaro e o Recôncavo baiano abrigavam importantes propriedades da elite açucareira, exportando também fumo e couro, desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, firmando-se como importante vila de Santo Amaro da Nossa Senhora da Purificação, no séc. XVIII. Santo Amaro se constituiu, durante séculos, como núcleo açucareiro e fonte de alimentos de subsistência, tendo a escravidão como base dessa economia.

O advento da República e da Abolição da escravatura não trouxeram a melhoria das condições de vida da população negra, que continuou vivendo as desigualdades econômicas e sociais. Nos anos 1950, a descoberta de combustível fóssil e a construção da Refinaria em São Francisco do Conde deslocou novos fluxos migratórios para o Recôncavo e trouxe, como desdobramento, a instauração de equipamentos industriais, acentuando a precariedade das relações sociais e de trabalho. Essa industrialização não-planejada acarretou impactos negativos ao meio-ambiente e à saúde da população local, além dos desdobramentos da urbanização desenfreada, como o aumento da violência e a precariedade das habitações e serviços públicos. Esse cenário demonstra que a liberdade e a cidadania, esperadas com a assinatura do documento que colocava fim à escravidão oficial, não trouxe grandes melhorias na população negra baiana que cada vez mais, é afetada pelo descaso com que as autoridades públicas tratam a saúde, o saneamento e a assistência social dos bairros

onde vivem, onde ainda faltam escolas, postos policiais e de saúde, sistema de justiça e equipamentos culturais.

A investigação que a equipe de pesquisa realizou nos jornais de Santo Amaro, impressos nos séculos XIX e XX, mostra o clima de transformação política e urbana pelo qual passava a cidade no período que antecedeu a abolição da escravatura, demonstrando como a população negra ocupava o espaço público (através do comércio) apesar do lugar de subalternidade e preconceito que a imprensa insistia em lhe destinar. O primeiro Mercado Municipal (as margens do Rio Subaé, mesmo local do atual) foi construído no início da República; sua reconstrução iniciada na metade dos anos 1930, a constituição do Largo do Mercado realizada nos anos 1940, e a última reforma que ocorreu após o incêndio/explosão de 1958 são marcos referenciais para a história do território onde o Bembé acontece.

Vemos ainda, na leitura dos jornais, que o comércio (incluindo a venda de peixes) era para os escravizados, uma forma alternativa de obter recursos para a compra da alforria e após a obtenção da liberdade, uma forma de prover sustento, na cidade. Assim, o comércio passa a ser também associado à ideia de liberdade, e o Mercado passa a ter uma força política e simbólica para a população negra de Santo Amaro.

O Dossiê (2019) reproduz um trecho de pesquisa de João Reis (1996), narrando um episódio de descontentamento da elite de Santo Amaro sobre as manifestações dos negros (em 1809), desenhando, nessa descrição, uma distribuição territorial de grupos étnicos na cidade e as formas de negociação para garantir a ocorrência de festas coletivas durante o período da escravidão. Essa negociação para a ocupação dos espaços públicos e realizações de reuniões entre negros, não cessou com o “13 de maio de 1888”, e o clima de tensão com a elite branca permanecia durante o novo século que se anunciava, mantendo instável e incerto o futuro da população negra no Brasil. Também Beatriz Dantas (1988) defende que a configuração das religiões afro-brasileiras se deu não apenas pelo conflito entre a elite branca e os negros oprimidos, e nem mesmo através de uma miscigenação harmônica, mas também através de alianças e negociações entre os profissionais liberais, comerciantes, pesquisadores, lideranças religiosas e membros do povo de santo. Dessa forma, é importante entender o Bembé a partir dessa ótica.

As narrativas e memórias orais sobre o iniciador do Bembé, João de Obá, reforçam esse olhar sobre a constante negociação da população negra para não ser apagada do espaço público da cidade, e o texto do dossiê nos apresenta o contexto e o clima desafiador com que ocorreu o candomblé público na Ponte do Xaréu:

Às margens do Rio Subaé, na ponte do Xaréu, João de Obá levou suas filhas e seus filhos de santo e bateu um Candomblé celebrando a liberdade, deixando claro que “os egressos da escravidão da cidade não pretendiam aparecer apenas como meros figurantes da festa (FRAGA, 2009, p. 122). Como vimos, candomblés, festas e batuques públicos eram até recorrentes na cidade, desde que realizados com permissão e em datas correlacionadas às festividades católicas. Desta vez, pelo que nos contam, o que ocorreu foi que, sem qualquer permissão e aos modos de uma celebração religiosa de matriz africana, os libertos se uniram para celebrar uma data cívica no centro da vida pública da cidade. Não era Natal, não era Páscoa, não precisavam esconder nada. Ali eles estavam para agradecer aos orixás pela liberdade civil tão duramente conquistada (DOSSIE, 2019, p.42).

Nas narrativas orais, o Bembé ocorreu durante anos na ponte do Xaréu. O Dossiê (2019) aponta que se “tratava de um lugar central para a cidade no período”, sendo um espaço onde habitava o comércio e uma parte da elite da cidade (comerciantes e funcionários do setor de transporte ferroviário). “Ou seja, o local do Bembé foi propositalmente escolhido para estar no centro da cidade” (DOSSIE, 2019, p.44).

É provável, na hipótese da pesquisa, que o Bembé tenha tido altos e baixos durante os anos, parte em razão da perseguição policial que se espalhou sobre as religiões de matrizes africanas em todo o Brasil (e por quase todo o século XX); parte pela dificuldade da população afro-brasileira em manter a negociação para ocupação do espaço público com os poderes locais, mas é fato que o Bembé, executado para a Mãe D’água em cada 13 de Maio, nunca abandonou a memória e as referências culturais do povo da cidade, e provavelmente tenha sido tocado em outros formatos, mesmo que longe do lugar e da grandiosidade com que é realizado atualmente.

Nesse sentido, a forma de “tocar” o Bembé é representativa dos processos de negociação e resistência da população afro-brasileira no século XX, que para realizar cultos ou atos públicos, nos espaços internos e externos aos terreiros, tinham que obter autorização nas instituições policiais após o pagamento ou mediação de autoridades da política. “Possivelmente, como nos contam os interlocutores, é por esta razão que a presença dos capoeiristas e do povo do maculelê era tão essencial na festa, uma vez que atuavam como uma forma de agentes de segurança diante do Estado ameaçador e repressor que (...), contava com o apoio da mídia impressa para ampliar a resistência e o preconceito contra os seguidores das religiões de matriz africana” (DOSSIE, 2019, p.51).

Foi provavelmente Ogã Menininho quem “levou” o Bembé para o Mercado, no início dos anos 1940, quando foi finalizada a obra de reconstrução do Mercado Municipal. Porém, essa centralidade e visibilidade de religiões de matrizes africanas não agradou algumas autoridades e deu espaço aos usuais argumentos racistas sobre segurança e moral e a sociedade santamarense pressionou para que fosse proibida a realização do Bembé durante os anos 1950. Ao mesmo tempo que um espaço político, de circulação de mercadorias, pessoas e valores, de sociabilidades e encontros, o mercado tem as suas representações simbólicas para o povo de santo. Localizar ali os rituais de agradecimento da liberdade e prosperidade à Mãe D’Água, passa a ter uma narrativa além daquela civil/cidadã, pois é o lugar onde também habita Exu (na tradição nagô), e seus correspondentes das nações Angola e Jeje, Nzila e Legba.

Èsú não só está relacionado com os ancestrais femininos e masculinos e com suas representações coletivas, mas ele também é um elemento constitutivo, na realidade, o *elemento dinâmico*, não só de todos os seres sobrenaturais, como também de tudo o que existe. (...) É um princípio e como o àsè que ele representa e transporta, participa forçosamente de tudo. Princípio dinâmico e de expansão de tudo o que existe, sem ele todos os elementos do sistema e seu devir ficariam imobilizados, a vida não se desenvolveria. (...) Assim como Olorun representa o princípio da existência genérica, Esu é o princípio da existência diferenciada em consequência de sua função de elemento dinâmico que o leva a propulsionar, a desenvolver, a mobilizar, a crescer, a transformar, a comunicar. (SANTOS, 1986, p.130-131)

A escolha dos territórios no Candomblé nunca é despropositada ou aleatória, estando relacionada à busca do local de maior poder ou força; assim, a escolha do Mercado para acolher o Bembé conecta-se

diretamente à cosmologia das comunidades de terreiro, e este passa a se configurar como um terreiro constituído no espaço público.

O território de ocorrência do Bembé, além do Largo do Mercado Municipal de Santo Amaro (preparado e sacralizado para acolher o Xirê e o presente à Iemanjá e Oxum) acolhe os terreiros onde ocorrem a produção e sacralização do presente de Iemanjá e Oxum; e a praia (atualmente a Praia de Itapema, município de Santo Amaro), onde ocorre a entrega do presente, no mar, em agradecimento e em pedido de prosperidade para o povo da cidade. A Rua, o Mar e o Mercado transformam-se em territorialidades expandidas do Candomblé e, durante o Bembé, também lhes conferem uma dimensão política, além de religiosa.

- *Os atores sociais e a continuidade histórica do Bembé*

A ocorrência de uma celebração como o Bembé envolve diversos atores sociais, que ocupam papéis distintos e complementares. Enquanto o eixo da festa expõe um caráter religioso, envolvendo o povo de santo, a sua produção e execução compreende os comerciantes locais, pescadores, ativistas políticos, capoeiristas, brincantes de Maculelê e sambadoras e sambadores de roda. Grande parte da população que produz o Bembé vive nos bairros periféricos, “como Pilar, Trapiche de Baixo e Avenida do Caboclo” (IPAC; ARAUJO, 2014) e em condições de vulnerabilidade social. Essa “territorialidade da exclusão” ainda se mantém muito forte em Santo Amaro e em todo o país, e demonstra como o Bembé desloca territorialidades da periferia para o centro de Santo Amaro. A distância e precariedade dos meios de transporte e da estrutura, demonstra também o tipo de devoção da festa, que além dos sacrifícios realizados para garantir a presença e a realização dos ritos no período da festa, indicam que redes de solidariedade eram necessárias para a permanência dos devotos.

Devido a sua grandiosidade e ao princípio da dádiva, a estrutura da festa articula atores de diferentes camadas sociais, e até pouco tempo era provida unicamente pela estratégia característica da gestão dos terreiros - a conhecida “vaquinha” (ou o “Livro de Ouro”), fundamental na organização das obrigações religiosas dos terreiros, onde todos contribuem, como podem, para que se realizem as oferendas religiosas, alimentando assim o axé, de forma coletiva, e beneficiando a todos da comunidade. Essa tecnologia social do povo de santo está presente em várias etapas do Bembé e está relacionada não apenas à divisão dos custos da obrigação (que não são poucos), mas com a distribuição do axé, vinculada à devoção e à doação de energia de cada participante.

O livro de ouro que percorria o mercado e dali para o restante da cidade é, também, uma narrativa recorrente na memória dos participantes da festa. Comerciantes, pescadores, pais e mães de santo e seus filhos contam que saíam com o livro pedindo contribuições para as pessoas da cidade. Não sabemos quando essa prática começou, mas impelia comerciantes, políticos, pessoas de destaque e mesmo as pessoas mais simples a contribuírem com a realização do Bembé. O livro de ouro também funcionava como um controle público daquilo que havia sido arrecadado e como o dinheiro fora destinado (DOSSIE, 2019, p.57).

A cronologia do Bembé, referenciada nos relatos, conta que depois de João de Obá, quem deu sequência ao Bembé foi Ogã Menininho, possivelmente pescador, e quem, durante as décadas de 1920 e 1930, liderou a preparação dos preceitos da festa. Nesse período, “a celebração pública incluía dança e canto,

possivelmente, o Xirê. Também havia a participação dos populares, não seguidores das religiões de matriz africana, mas que simpatizam com a festa e com a devoção às águas” (DOSSIE, 2019, p.57). Ogã Jeová dos Santos (Menininho) assumiu os preceitos e rituais do Bembé, que eram realizados em sigilo, e somente alguns pescadores, como Toninho do Peixe conheciam os fundamentos da obrigação.

Para além da atuação das lideranças do Bembé, as divindades também tem agência na história de Santo Amaro. Alguns acidentes associados à proibição da festa criaram a ideia de que o Bembé precisa ser tocado todo ano: no ano de 1956 (quando a autorização policial era requerida para a realização de candomblés), um delegado da cidade proibiu a festa, sofrendo um acidente automobilístico; mais tarde, em 1958, houve uma trágica explosão no mercado, matando centenas de pessoas; por fim, a enchente nos anos 1980 expuseram para a sociedade santamarense que a proibição do Bembé atingia diretamente às divindades do Candomblé e poderia acarretar na ocorrência de acidentes na cidade. Essa leitura e interpretação dos sinais sobrenaturais é uma forma política de argumentação das comunidades de terreiro, uma vez que tornando-se uma obrigação religiosa de proteção da cidade, as divindades e as comunidades de terreiro demonstram seu papéis de protetores, de provedores e de reestabelecadores da força vital. Assim, o Bembé, mais que uma festa restrita ao povo de santo, torna-se uma atividade do calendário votivo de Santo Amaro.

Depois da explosão no Mercado em 1958, foi Pai Tidu quem assumiu, pelas três décadas subsequentes, a tarefa de organizar a festa, com a retomada após o acidente, a partir de instruções das divindades. Parece que Pai Tidu manteve a festa do Bembé no seu terreiro, assim como continuava a entrega do presente às águas, mesmo sem a permissão para a festa pública no mercado. Ana Rita Machado (2014) descreve que foi Pai Tidu quem incluiu os preceitos e rituais, atribuindo uma forma litúrgica às danças, cantos, na preparação do presente e de sua relação com os ancestrais, e quem consolidou o Largo do Mercado Municipal como território do Bembé.

Em 1993, Mãe Lídia, Noca de Jacó e Mãe Iara, tomaram a frente da organização da festa, e esteticamente o barracão aproximou-se ainda mais dos terreiros, que passou a ser decorado com as bandeiras e outros elementos sagrados. O ano de 1995 é o último Bembé que Tidu participou, e Mãe Donália, sua sucessora, assume a tarefa até o ano de 1997. Pai Celino se tornou o responsável em 1998, através de escolha por sorteio. Até o ano de 2004, Mãe Lídia assumiu a liderança da festa, e então, desde 2006, Pai Pote vem assumindo a responsabilidade pela coordenação da festa.

Machado (2014) narra que o terreiro Ilê Erume-Fá foi responsável, por aproximadamente três décadas, pelos rituais da Festa do Bembé desde os anos 1960, até a morte de Tidu, que deixou o terreiro sob a liderança da *Iyalorixá* Maria Donália dos Santos, de Xangô. O Ilê Axé Oju Onirê, cuja matriz é o Ilê Axé Omim J'Jarum, mais conhecido como terreiro “Viva Deus de Santo Amaro” vem realizando a Festa desde 2005.

Muitas lideranças do candomblé de Santo Amaro foram importantes para a história do Bembé, como Nonô e Valeriana, Umbelina, Mãe Lina, Baba Geri, Babakekere Gilson, Mãe Manuela, Nicinha do Samba, Edith do Prato, os Mestres de Capoeira Ferreirinha, Amaral, Felipe, Adó, os Mestres de Maculelê Popó e seus filhos Vivi e Vavá, e inúmeras lideranças cujos nomes preencheriam páginas e páginas, cuja fé, persistência e dedicação são fundamentais para a continuidade da festa.

- *Sacralização do Território*

Para adequar o espaço da festa, que vai receber os rituais pelo período de uma semana, a comunidade de santo ‘transforma’ o espaço do mercado no “Barracão do Bembé”. Após a sacralização do chão do Mercado, no ritual do *Intótu* - quando se compartilha do axé com a entidade que o zela e dinamiza-, a próxima etapa é a suspensão da cumeeira do barracão, ritos necessários para reestabelecer a conexão do *Orun* e o *Aiye*, do céu e da terra, e para proteger a festa de energias externas que possam atrapalhar o andamento das obrigações religiosas. A proteção do lugar é complementada pelas tiras de *mariwo*, de Ogum, que penduradas na porta da entrada do barracão são reforçadas pelas folhas de aroeira, de *akòko*, de muirici, entre outras espalhadas pelo chão.

A cumeeira, entronizada e decorada por *Babakekerê* Geri, contém elementos de devoção a Xangô, regente da cumeeira do Bembé, e como nada no candomblé tem apenas um sentido e significado,

A preparação do barracão do Mercado é, certamente, um momento extremamente evocativo. Cada um de seus detalhes tem vivência simbólica e eficácia ritual. Da mesma forma, o desfazimento do espaço, depois da festa, terá, igualmente, suas regras rituais e seu simbolismo implícito: as bandeirolas, por exemplo, não podem ser jogadas no lixo, por isso, serão desmanchadas na água doce, “com o sentido da água apagar a fúria e toda negatividade” (DOSSIE, 2009, p.69).

Complementando a composição do Barracão do Bembé, está a casa de Iemanjá, ornada com elementos estéticos e simbólicos das divindades homenageadas, onde os devotos vão, ao longo da festa, adicionando elementos votivos à decoração “da casa da Orixá-mãe”. A Casa de Iemanjá, representa o quarto do santo e está à direita da entrada do Barracão, local onde fica a estátua de gesso e onde são depositados os presentes; porém, é o único elemento que em si não é sacralizado, pois o assentamento de Iemanjá fica no espaço dos terreiros. As lideranças do Bembé identificam a existência de “duas” Iemanjás: aquela cultuada nos terreiros, que segue as cosmogonias africanas e a celebrada pelos pescadores, sincretizada ao culto católico, que apesar de aparentemente distintas, não se excluem.

Por fim, a sacralização dos atabaques encerra o processo de preparação do território de Bembé, e o barracão está pronto para receber o Xirê do Bembé.

- *Os elementos do Xirê*

O *Xirê*, obedecendo uma lógica circular e específica de relação entre os orixás, é o momento onde os filhos e as filhas de santo dançam no Barracão, revivendo na circularidade a percepção do tempo nas religiões de matrizes africanas; essa temporalidade, expressa nos corpos, nos sons e no espaço, repleta de símbolos, sintetiza sua compreensão do mundo. No mesmo espaço do *Xirê*, em outros momentos, ocorrem atividades culturais que preenchem o espaço do Mercado, conectadas ao universo simbólico do Bembé e da vida santamarense.

Como ocorre nas festas de Candomblé, no Bembé a estrutura musical é composta pelos três tambores sagrados, o *gã* ou o *agogô* (instrumentos metálicos percussivos) e pelo canto, que pode ser entoado por diversas pessoas - exigindo que o/a cantor/a tenha profundo conhecimento da estrutura ritual- podendo ser

executados pelos *ogãs alabes* (cargo daqueles responsáveis pela execução instrumental dos atabaques), sacerdotes e sacerdotisas convidados de outras casas e cidades, e pelos próprios *babalorixás* e *iyalorixás*. No caso do Bembé, pela sua característica de celebração pública, no Xirê são entoados cantos das diversas nações em que se identificam as tradições religiosas de matrizes africanas – Ketu, Nagô, Jeje, Angola, Congo-Angola– requerendo um conhecimento amplo desse repertório pelos tocadores. Outra característica do Bembé é que, apesar de toda a estrutura ritual do Candomblé, no espaço da festa não ocorre a incorporação das divindades, propositadamente contida pela quebra da estrutura rítmica-ritual, como uma forma de preservação do sagrado (assim como outros elementos sagrados são “velados” no presente, nos ritos de sacralização). O Dossiê (2019) traz a informação de que existe uma tradição em que cada ano, o terreiro responsável pela condução da festa orienta a condução do Xirê, baseando-se na estrutura de sua nação.

O Xirê tem se caracterizado por dois momentos – o ‘Xirê da Alvorada’, que precede o primeiro dia da festa e possui um momento inicial dedicado aos ancestrais, ocorrendo toques especiais para eles, sem que os filhos de santo dancem; e o ‘Xirê dos Orixás’ que acontece após os cantos dedicados a ancestralidade, e que segue a ordem ritual do culto aos orixás, podendo os participantes, então, dançar. Apesar da forte características de ritos da nação Ketu na atualidade do Bembé, Ana Rita Machado (IPAC, 2014) aponta para a influência dos congos e dos angolanos na constituição dos candomblés baianos, relacionada a história de fundação dos terreiros mais antigos de Santo Amaro.

- *Ritos propiciatórios*

Os preparativos para o Bembé se iniciam no final do mês de abril, quando o pai de santo responsável pela festa se reúne com a comunidade do axé para iniciar os preparativos religiosos, e consulta o oráculo para receber as instruções do que e como deve ser feita a celebração. Seguem-se as obrigações destinadas aos ancestrais, que se relacionaram com o Bembé ao longo dos anos, momento que reconecta e atualiza a memória do candomblé de Santo Amaro. Em seguida, ocorrem os rituais para Exu (no terreiro e nas encruzilhadas que dão acesso a cidade de Santo Amaro), onde além de alimentar a divindade, o grupo que conduz o Bembé comunga pedindo a proteção e abertura dos caminhos para a celebração.

Na quarta-feira à noite é realizado o *Amalá* para Xangô, o deus do trovão e da justiça e dono da cumeeira, onde são oferecidas suas comidas votivas. Na quinta-feira a noite é o dia do *Ashosho*, comida votiva para Oxóssi, o senhor da fartura e da caça, e toca-se o *agueré*. Na sexta-feira, dia de Oxalá, orixá *fun fun* associado à criação, toda a decoração é substituída pela cor branca e o alimento votivo de Oxalá é colocado nos “quatro cantos do barracão em cima e embaixo da cumeeira, nos dois lados da porta de entrada, na parte de cima da porta, debaixo dos três atabaques e na casa de Iemanjá” (DOSSIE, 2019, p.117).

O sábado é o dia mais concorrido da festa. É o momento em que a festa recebe pessoas das comunidades de terreiros do Recôncavo, de Salvador, de várias cidades da Bahia e de outros estados brasileiros, e quando os participantes se vestem com as roupas mais requintadas. Nesse dia, toda a decoração do Barracão é renovada, pois durante o Xirê dessa noite, chegam os presentes de Iemanjá e Oxum, em dois balaies decorados e sacralizados com os fundamentos e os alimentos das divindades ligadas às águas. Depois da entrada dos presentes no Barracão, entra um barquinho de madeira, nomeado ‘João de Obá’, onde se

dispõem bonecas vestidas com roupas litúrgicas, representando, além das *Iyabas*, as formas de resistência dos povos africanos e seus descendentes, simbolizada nas sacerdotisas africanas que, mesmo no período da escravidão, conseguiram preservar os cultos e as filosofias de seus ancestrais e divindades. O barquinho e os presentes revelam a conexão intrínseca entre os universos religioso e político no Candomblé. Nos últimos anos, têm ocorrido um momento de homenagem às personalidades que politicamente apoiam a estrutura do Bembé. Em seguida, retorna-se ao Xirê. O barquinho, os balaio e o Ipetê ficam junto à cumeeira.

No domingo, após o *padê* de Exu, canta-se e corta-se um bolo oferecido às *Iyabas*, e após a comensalidade, os presentes saem no carro, passando pelos lugares referenciais ao povo de santo de Santo Amaro, sempre ao toque dos atabaques, traçando ali, uma cartografia de memória do Bembé. Todo o material biodegradável dos balaio é entregue ao mar, na maré cheia, na praia de Itapema, e o *Ipetê* de Oxum será retirado do cesto e colocado no rio. Momento central do Bembé, cerne da devoção que organiza a festa, a entrega dos Presentes reúne os pescadores, o povo de santo, os devotos de Iemanjá, agradecendo a proteção recebida e almejando a continuidade das benfeitorias trazidas pelas águas. Terminada a parte religiosa da entrega, segue-se uma confraternização no barracão, geralmente, uma feijoada regada ao samba de roda que encerram, definitivamente, o Bembé.

- *Bens culturais associados*

Além da Capoeira, e do Samba de Roda, bens reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil, outros bens culturais integram a parte “não-religiosa” do Bembé do Mercado, como o Maculelê, uma brincadeira que une dança e luta; o Nego Fugido, um teatro que representa a escravidão e sua violência; o Lindro Amor, cortejo feminino feito para comemoração dos festejos de São Cosme e São Damião; a Burrinha; Puxada de Rede etc, todos relacionados à referências culturais da diáspora africana. Na programação da festa, também são incluídas atividades realizadas por grupos de dança afro, grupos pára-folclóricos e outros da Cultura Popular.

- *Medidas de Salvaguarda do bem cultural*

O crescimento do público da festa, a espetacularização de atividades culturais ‘paralelas, a disputa política e econômica entre os atores envolvidos, pelo calendário e espaço da celebração, influenciam as formas de realização do Bembé, estabelecendo novos desafios de negociação, que passam a ser a manutenção das formas de realização do ritos, fundamentais pra a eficácia ritual no Candomblé, ao mesmo tempo que se reforça a necessidade de ações afirmativas e de valorização das religiões de matrizes africanas, em constante ameaça nas narrativas de poder e existência não apenas em Santo Amaro, mas em todo o Brasil. Nos últimos anos vêm se acentuando as tensões com grupos religiosos neopentecostais, que assumindo uma postura intolerante, vêm atacando a imagem do Bembé, consonante com alguns comerciantes que têm colocado dificuldades para adaptação do espaço das barracas para a construção do Barracão da festa.

Dentro da lógica de atualização das comunidades de Candomblé, a institucionalização tem sido um caminho encontrado pelo povo de santo para alcançar as políticas públicas brasileiras. Na organização da festa está a Associação Beneficente do Mercado de Santo Amaro, instituição com personalidade jurídica e

que se constituiu para organizar a logística e os recursos para sua realização. Com o reconhecimento do Bembé como Patrimônio Cultural do Estado da Bahia, em 2014, constitui-se um Comitê Gestor do Bembé do Mercado, composto por atores governamentais e detentores da festa, no qual o IPHAN foi convidado a participar.

O Dossiê (2019) traz algumas sugestões de ações de salvaguarda, fruto dos diálogos estabelecidos nas reuniões e seminários realizados no processo de identificação do bem cultural.

Como forma de conter os conflitos resultantes de intolerância e perseguição religiosa e como meio de valorização da festa, sugere-se a criação de espaços de difusão dos conhecimentos e dos saberes que formam a Festa do Bembé, como a implementação da *Casa da Memória do Bembé do Mercado*, espaço para formação de acervo e referência da celebração; a criação de uma plataforma virtual, para apresentar uma cartografia e biografia dos terreiros que compõem a associação do Bembé do Mercado; produção de materiais audiovisuais e materiais didáticos de valorização da festa; ações que promovam a sustentabilidade financeira do Bembé, através de oficinas, cursos de formação e de capacitação itinerantes, contemplando os terreiros que fazem parte da Associação e focando na geração de renda, tanto para quem participa como para quem ensina. Os cursos prioritários foram assim elencados: “(a) estudo de tecidos, corte e costura, rendas e bordados; (b) culinária da diáspora - de forma que ela, inclusive, seja valorizada na festa; (c) música; (d) luteria para instrumentos de percussão; (e) plano de negócio para economia criativa” (DOSSIE, 2019, p.150). Em consonância com a importância do território para a festa, sugere-se ainda o tratamento adequado, pela municipalidade, na remoção dos Feirantes; a regulamentação da ocupação do espaço da festa; ações de melhoria da iluminação, segurança e dos banheiros.

Uma solução sugerida para dirimir os conflitos com os shows “concorrentes” ao Bembé, seria a promoção e remuneração de grupos culturais dos bens associados à festa. Os interlocutores do Dossiê demonstraram preocupação com a gentrificação da festa, e com a possibilidade de transformação do Bembé em uma festa de largo, sugerindo o fomento à espaços de diálogo e debates contínuos com o povo de santo, que eles chamaram de encontros de formação contínua.

Com relação à continuidade do bem cultural, é importante destacar que o princípio das religiões de matrizes africanas é a iniciação de novos membros da comunidade de axé, que ocorre com a preparação de “noviços”, “rodantes” ou “vodunsis”, tendo esses, após o mínimo 7 anos, a possibilidade de iniciar novos membros. Nesse sentido, ações de fortalecimento e valorização das religiões de matriz africana tendem a atrair e manter filhos de santo para as comunidades, garantindo na dinâmica própria do Candomblé, a transmissão de saberes e a interação geracional.

A preservação dos cânticos e das formas de sociabilidade próprias do Candomblé também foram preocupações apontadas pelas lideranças, nas entrevistas, e formas de registro e transmissão desse acervo oral podem ser fomentadas através de políticas públicas.

- *O Bembé como Patrimônio*

São 130 anos ecoando a ousadia de João de Obá, neste “ato de revolução, de insubmissão, de consolidação autêntica da liberdade”, como nos disse Chico Porto. São 130 anos em uma resposta radical de adesão à cosmologia das religiões afro-brasileiras: o Largo do Mercado

como um lugar de orixás. São 130 anos entregando presentes à Mãe das Águas, entendendo que gratidão fertiliza a terra, as águas, as almas (DOSSIE, 2019, p.45).

As narrativas que o Bembé ativa possibilitam reescrever, na história, a trajetória da população negra através das “possíveis liberdades e da reivindicação de direitos” no momento pós-abolição. Essa história de negociação política e de resistência cultural, assentada principalmente na oralidade, é fundamental para compreender como se atualizam as identidades dos negros no Brasil e do Candomblé. Precisamos entender como se deram as estratégias de resistência dos candomblés – no momento em que as autoridades reprovavam a feitiçaria como um problema social, as lideranças contra-argumentavam com o discurso da pureza e da africanidade do candomblé, expressa nos ritos de iniciação e de conhecimentos sobre a cultura africana. Com a proibição das festas religiosas pela Polícia, que exigia que as casas fossem institucionalizadas e seus líderes iniciados, é possível observar o movimento de iniciação de lideranças que já realizavam candomblé, que, em nome dessa suposta “pureza” africana, adotaram um padrão de iniciação que atendessem a uma normalização, requisito para existência mais tranquila dos terreiros; também a associação dos acidentes que ocorreram em Santo Amaro à ausência do Bembé, que parece ter sido uma estratégia para legitimar a festa como necessidade municipal, ocupando, assim, um espaço público único na vida da cidade. Na atualidade, as estratégias de sobrevivência do Bembé talvez estejam intimamente associadas à ideia de proteção e ‘autenticidade’ que cercam o conceito convencional de patrimônio e de bem cultural, narrativa que traz visibilidade entre celebridades de renome nacional e entre autoridades políticas do estado da Bahia e do Brasil, apoio importante para arregimentar os poderes públicos, em um mundo onde os direitos da população negra ainda precisam ser fruto de muita luta. O que vemos, no pedido de Registro do Bembé é a disputa pelas narrativas de pertencimento à identidade nacional.

O Bembé também expressa a tentativa de aproximação do ato da Abolição com a ideia de liberdade e esta, ao conceito de poder. A sobreposição de uma data civil simbólica com uma devoção preexistente e que se mantém, independente das permissões legais - a devoção às Senhoras das Águas, assim como a fé naquele que facilita o acesso ao dinheiro, Exu cuja a associação a sobrevivência material (o Mercado) também se associa à ideia de liberdade-, fazem do Bembé um bem cultural repleto de duplos significados.

A forma como essas populações se conectam com seres espirituais para se fortalecer, para sobreviver, para se colocar no espaço social e político, conectados através dos corpos, dos ritmos, da estética, dos elementos naturais, que, juntos, compõem a ontologia (ou os modos de existência) das comunidades tradicionais de terreiros por si já seriam argumentos para a patrimonialização do Bembé do Mercado.

Como uma festa religiosa que se expressa no espaço da rua, é importante observar sua capacidade de subversão dos padrões normativos do espaço público e como carrega a potência de instalação de uma outra lógica social refletida em outras possibilidades de participação social, estruturada em redes de parentesco, de solidariedade e afetividade. A partir do referencial religioso, se configuram os espaços políticos de resistência e afirmação identitária.

Por fim, entre os argumentos que justificam seu reconhecimento nacional, o Bembé revela a potência de atualização do povo de santo, que dentro do escopo do conceito de “tradição”, mantém-se atento às transformações sociais. Desde Joao de Obá, que promoveu a publicização de uma celebração até então

privada, o Bembé é espaço de exercício político. Tidu territorializou o Mercado como espaço de visibilidade, em pleno período de perseguição policial, do Candomblé e do povo negro de Santo Amaro. A atual gestão de Pai Pote, apoiado pelo Comitê gestor da festa, sintonizada com as demandas do mundo global, divulga o Bembé para um público ampliado, integra, em torno da festa, diferentes lideranças do movimento negro (o Bembé é a única celebração que ocorre no 13 de Maio reconhecida pelo Movimento Negro da Bahia) e adequa a (re)existência da festa à bandeira dos direitos, leis e participação social do povo de santo nas políticas públicas.

- *Conclusão*

Por sua relevância nacional, na medida em que traz elementos essenciais para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira;

Por constituir uma celebração que reúne rituais que caracterizam a vida cotidiana, a religiosidade e o entretenimento das comunidades negras de Santo Amaro;

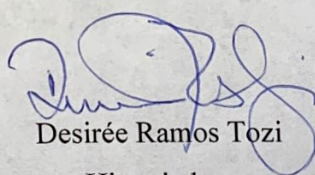
Por ser esta manifestação cultural um elemento fundamental para a construção e afirmação da identidade cultural negra brasileira, dado os elementos que agrega e que legitimam suas práticas cotidianas;

Pelo profundo enraizamento do bem cultural no universo recreativo e religioso dos grupos acima referidos;

E por tudo mais que está demonstrado neste processo, somos favoráveis à inscrição do Bembé do Mercado no Livro de Registro das Celebrações, como Patrimônio Cultural do Brasil.

Este é o parecer que submeto à consideração superior.

Nova Iorque/EUA, 24 de maio de 2019.



Desirée Ramos Tozi

Historiadora

Doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos da UFBA

BIBLIOGRAFIA

ANJOS, Jose Carlos Gomes dos. **No Território da Linha Cruzada: a Cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre: EdUFRGS, Fundação Cultural Palmares, 2006.

CASTRO DE ARAÚJO, Ubiratan. **O Candomblé da Liberdade**. In: Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/O-CANDOMBL%C3%89-DA-LIBERDADE.pdf>

DANTAS, Beatriz Góis. **Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Oraal, 1988.

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia; MACHADO, Ana Rita A. et al. **Bembé do Mercado**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Fundação Pedro Calmon, 2014. ISBN 978-85-61458-76-8

MACHADO, Ana Rita Araújo. **Dossiê Bembé do Largo do Mercado: Memória sobre o 13 de maio**. Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

_____. *Bembé do mercado de Santo Amaro: o patrimônio afro imprime as cores da festa*. IN: SANSONE, Lívio (Organizador). **A política do intangível: museus e patrimônios em nova perspectiva**. Salvador: EDUFBA, 2012. pp.107-138.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a Morte: Pade, Asese e o Culto Egungun na Bahia**. Petrópolis: Vozes, 1986.

Vídeo do Dossiê de Registro Estadual do Bembé: { HYPERLINK
"https://www.youtube.com/watch?v=LiDr_wKff58" }

